

RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.094 - RJ (2015/0036668-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : TAP MANUTENCAO E ENGENHARIA BRASIL S/A
ADVOGADOS : ÁLVARO ALMERIO DE AZEVEDO PESSOA DOS SANTOS - RJ012669
WILLIAM FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - RJ084529
PEDRO VINICIUS INDALENCIO FERREIRA E OUTRO(S) - RJ152010
RECORRIDO : PAULO CESAR DA SILVA
ADVOGADOS : LUIZ PAULO DE SEQUEIRA JÚNIOR - RJ134956
GABRIELA MEIRA GONTIJO - RJ150029
THIAGO MARCHI MARTINS E OUTRO(S) - RJ137923

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A. que discute, entre outros aspectos, as condições assistenciais e de custeio asseguradas a ex-empregado para a manutenção de plano de saúde coletivo.

É o relatório. Decido.

A questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação dos REsp 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP delimitado o Tema 1.034, nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

(ProAfR no REsp 1829862/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprido destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília/DF, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator